QUARTA-FEIRA
16 de setembro de 2020
Ano 48, nº 15.816
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

R$1

Jornal de Brasília

IRRITAÇÃO COM EQUIPE ECONÔMICA

BOLSONARO DESISTE DO RENDA BRASIL

Incapaz de encontrar uma fórmula mágica que aumente o programa social sem cortar outros benefícios, presidente desautoriza novos estudos e vai manter Bolsa Família 7

Educação do DF tem melhora no Ideb

Índices, porém, ainda precisam melhorar para que escolas de Brasília fiquem acima da média do país 3

Ex-secretário tenta deixar a prisão

Exonerado por Ibaneis Rocha da Saúde, Francisco Araujo perdeu foro especial por prerrogativa de função 6

Mais voluntários para testar a vacina

Anvisa autoriza dobrar número de pessoas que vão experimentar a da AstraZeneca, fabricada na Inglaterra 12

Mas fome só se combate com ajuda na área social

Apesar da desistência do presidente, terceiro capítulo da série "Fome, a próxima pandemia" mostra que somente auxílio dos governos pode evitar evolução da miséria extrema 4 e 5

VITOR MENDONÇA/JORNAL DE BRASÍLIA

ACUSAÇÃO

Sem vale-transporte, funcionários denunciam

Servite estaria há mais de dois anos sem pagar o benefício de R$ 200

PEDRO MARRA
redacao@grupojbr.com

Porteiros que moram no Entorno do Distrito Federal e trabalham para a Servite, empresa que terceiriza a contratação dos vigilantes para a Universidade de Brasília (UnB), estão há mais de dois anos sem receber o benefício do vale transporte, cujo valor é cerca de R$ 200. Ao **Jornal de Brasília**, fontes informaram que a empresa exigiu dos funcionários o reconhecimento de firma em cartório para receberem o benefício das passagens, mas com endereço de parentes que moram no DF. O objetivo, segundo funcionários, é para economizar os gastos com os valores cobrados em rotas de ônibus de Goiás.

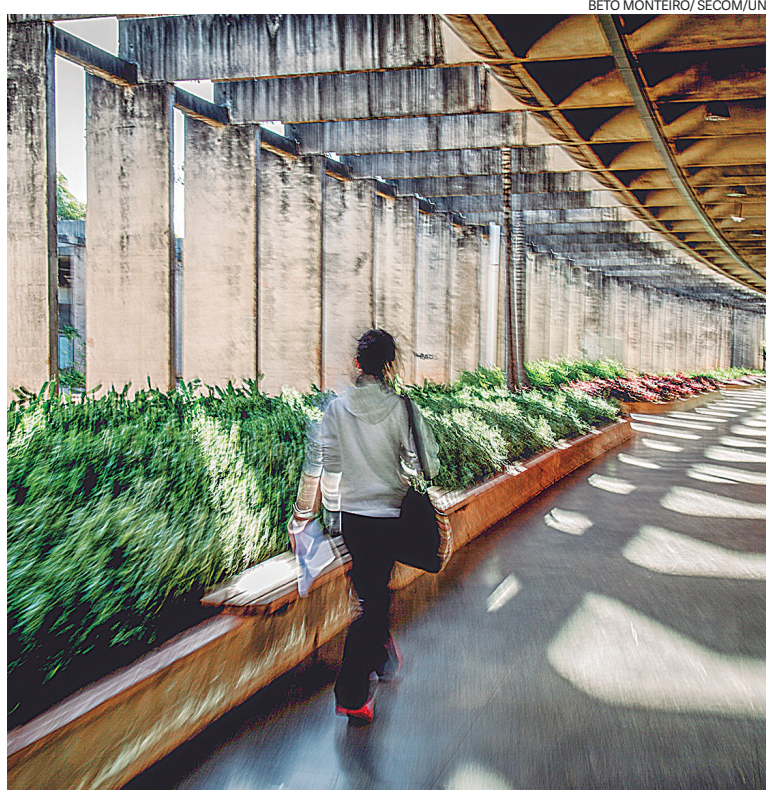
Um dos vigilantes conta que, à época do corte do vale, foi feito um encontro na central de segurança da empresa, na UnB, para informar dessa decisão. "Eles fizeram a reunião com 15 homens, dizendo que a empresa queria mandar embora para não pagar a passagem. Para continuar na empresa, a gente tinha que ir ao cartório para reconhecer firma do não pagamento da passagem. Alegaram que ou a gente abria mão do vale do Entorno ou iria embora. Como a gente não estava em condições de achar outro emprego, aí acatamos. Foi uma reunião com um chefe de segurança. Eles não cortaram o vale transporte apenas de duas mulheres", relata o funcionário, sem querer se identificar.

O porteiro gasta cerca de R$ 200 de passagem do próprio bolso para sair de casa, em Águas Lindas-GO, para chegar até o Campus Darcy Ribeiro, na Asa Norte. "Para quem ganha salário mínimo, cerca de R$ 1300, é muita despesa. Por conta disso, todo mês tenho um desfalque de coisas para comprar. Às vezes não tenho como pagar conta de água e luz, aí pego dinheiro emprestado com a minha irmã , de R$ 200 a R$ 300. É um absurdo isso. Eu mesmo trabalhei por um ano no período da noite e não recebi adicional noturno", acrescenta o funcionário.

Pressão

Segundo outro vigilante da Servite, a empresa alegou que as passagens no Entorno são mais caras do que as do DF. Morador de Santo Antônio do Descoberto-GO, ele confessa que aceitou para não ficar desempregado. "Como eu não queria perder o emprego, fui obrigado a dar o endereço de parentes que moram em Brasília. Fizemos uma declaração no cartório para fazer isso", diz o porteiro, morador de Santo Antônio do Descoberto-GO.

"Depois do corte, falaram que iriam mandar o pessoal que trabalhava no Entorno embora porque a passagem estava muito cara. Eles pagam só o dinheiro do vale transporte de Brasília, que é cerca de R$ 10 por dia", relata.

Segundo os trabalhadores, pagam uma passagem de ônibus no DF ao custo de R$ 3,80, no Entorno gastam uma tarifa de R$ 7,45 — uma na ida e outra na volta de cada. "Acordo muito cedo, às 4h30 já estou de pé. Aí 5h30 estou no ponto de ônibus para ir até a Rodoviária do Plano Piloto, onde chego por volta de 6h30. Em seguida, vou para o Campus Darcy Ribeiro, da UnB. Mas o salário que ganho não dá para me manter totalmente", esclarece o terceirizado.

BETO MONTEIRO/ SECOM/UNB

A empresa Servite fornece funcionários de portaria para a UnB

SAIBA MAIS

» **Representante da Central Sindical e Popular do Distrito Federal (CSP Conlutas-DF), Francisco Targino diz que haverá uma audiência pública virtual no dia 23 de setembro para tratar dos direitos trabalhistas dos vigilantes. Será feita pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que irá reunir a reitoria da UnB, representantes da Servite e da CSP-Conlutas DF para discutir o assunto.**

» **Em nota, a UnB explicou que a fiscalização administrativa mensal é realizada em todos os contratos. "Essa fiscalização é amostral, considerando o número total de colaboradores terceirizados que prestam serviço na UnB e o que está previsto na Instrução Normativa 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG)", comunica a instituição.**

» **A Servite foi procurada pela reportagem, mas não respondeu o nosso contato até o fechamento desta edição.**

HRAN

Empregados da Sanoli fazem greve

PEDRO MARRA
redacao@grupojbr.com

Funcionários de cozinha do Hospital Regional da Asa Norte (Hran), contratados pela empresa alimentícia Sanoli, cruzaram os braços ontem por conta de salários atrasados. Nos últimos seis meses, a empresa tem pago apenas parte dos salários, de acordo com os funcionários. Em setembro, os contratados receberam R$ 400 cada.

"A Sanoli fala que não tem dinheiro por conta dos governos anteriores, e quem sai perdendo é a gente", afirma uma funcionária que preferiu não se identificar. Além disso, ex-funcionários demitidos recentemente afirmam que não receberam valores referentes à rescisão contratual.

É o segundo hospital regional do DF cujos funcionários de cozinha realizam greve. Na última segunda-feira, ocorreu o mesmo na unidade de Ceilândia (HRC). Colaboradores do Hospital Regional do Guará (HRGu) podem também paralisar as atividades em breve.

O diretor da Sanoli, José Carlos Castilho, em contato com o **Jornal de Brasília**, não nega os atrasos. "A gente deveria ter pago tudo na sexta-feira passada e pagamos só R$ 400 para todos os funcionários", afirma.

Castilho espera que até esta sexta-feira (18) a situação seja normalizada, mas alerta que a Secretaria de Saúde tem um prazo de 30 dias após o recebimento das faturas para realizar os pagamentos.

Embora tenha dado um prazo referente apenas ao mês de agosto, o diretor da Sanoli confirma que a prática de pagar apenas R$ 400 já ocorreu em outros meses.

"Não é de hoje, não. Isso já aconteceu umas duas, três vezes, ou mais. A gente paga o que tem condições", comenta.

Jornal de Brasília
Fundado em 10 de dezembro de 1972

Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 13.846.483/0001-91
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP.: 70.610-410

Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – **SEMESTRAL:** R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00

Classificados: (61) 3343-8008
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848

Atendimento ao leitor : (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

DIRETOR-SUPERINTENDENTE
Renato Matsunaga

EDITOR CHEFE - IMPRESSO
Rudolfo Lago (rudolfo.lago@grupojbr.com)

EDITOR EXECUTIVO - ON LINE
Miguel Alves (miguel.alves@grupojbr.com)

EDITOR CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)

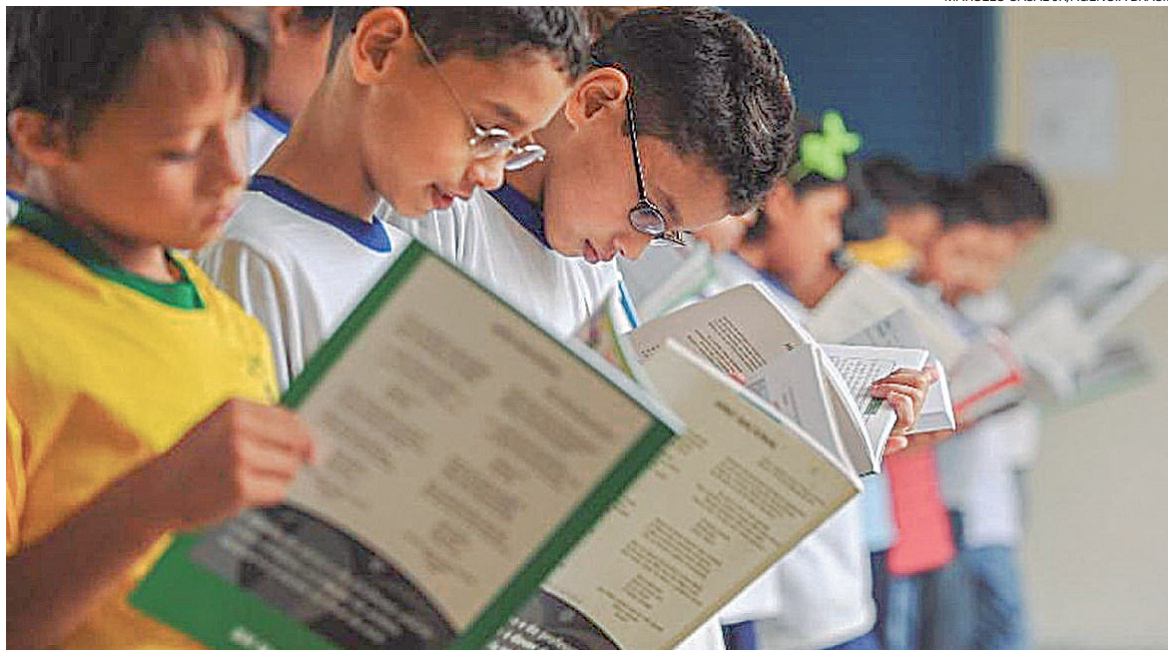
EDITORA EXECUTIVA - IMPRESSO
Vanessa Lippelt (vanessa.lippelt@grupojbr.com)

Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)

Grace Perpetuo (grace.perpetuo@grupojbr.com)

Tatiane Barbosa (tatiane@grupojbr.com)

Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

EDUCAÇÃO

MARCELO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

Os anos iniciais do Ensino Fundamental – de escolas públicas e privadas – tiveram nota expressiva: 6,5

DF consegue melhora no Ideb

Apesar do avanço, porém, indicadores ainda estão abaixo da média. Melhores resultados são no Fundamental.

TATIANA PY DUTRA
redacao@grupojbr.com

Se a educação do Distrito Federal fosse um aluno em idade escolar, podíamos dizer que seu desempenho melhorou, mas ainda deixa a desejar. Isso porque os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2019 registraram avanço nos resultados em relação a 2017, mas ainda abaixo do esperado.

Conforme os dados divulgados ontem pelo Ministério da Educação, os anos iniciais do Ensino Fundamental – considerando escolas públicas e privadas - tiveram a melhoria mais expressiva: 6,5. Faltou 0,1 ponto para atingir os 6,6 da meta em 2019. Em relação ao Ideb 2017, houve alta de 0,2 pontos.

As séries finais do Fundamental também cresceram, indo de 4,9 há dois anos para 5,1 no ano passado. Porém, o resultado de 2009 ficou 0,5 pontos abaixo do esperado. Pior desempenho teve o Ensino Médio, que atingiu 4,5 quando o objetivo era 5,2 – ainda que isso represente avanço ante os 3,6 iniciais. Em 2017, a faixa atingiu nota 4,1.

No Brasil

Realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC), o Ideb avalia a evolução da aprendizagem na Educação Básica com base em número de aprovações, e no desempenho dos estudantes em provas de português e matemática.

Considerando a média nacional, apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental conseguiram superar a meta de aprendizagem. O índice 5,9 ficou 0,2 pontos acima do esperado. Os aos finais tiveram média 4,9, quanto a meta era 5,2.

Já o Ensino Médio amargou uma nota 4,2 ante de um almejado 5.

Secretaria comemora

A professora Berenice D'Arc Jacinto, do Sinpro-DF, diz que o Ideb não deve ser visto como um ranking, mas como um processo avaliativo cujo resultado depende muito do financiamento recebido.

"Desde 2016, 2017, tivemos congelamento de recursos da Educação, e todos os dias ouvimos uma notícias sobre cortes. Nesse sentido, a gente entende exatamente qual a perspectiva de crescimento", diz.

Secretário-executivo da Secretaria de Educação, Fabio Sousa admite que não atingir a meta pode ser frustrante, mas prefere valorizar os avanços atingidos no período.

"Subimos muito em relação a 2017, tanto nos anos iniciais quanto nos finais e no Ensino Médio. O maior crescimento nos tivemos no Ensino Médio. Só na rede pública de ensino, saímos de 3,4 fomos para 4. Na rede privada, fomos de 4,1 para 4,5", comemora.

O professor destaca ainda o resultado obtido pelos anos iniciais.

"Faltou um décimo [para atingir a meta], mas o esforço que é feito pelos profissionais de educação e equipes gestoras reverbera neste número", diz.

Investimentos

Sousa diz que a melhoria nas notas do Ideb é resultado de investimentos na Educação, e que novos planos serão postos em prática para favorecer novos avanços. Entre eles, a ampliação do número de escolas em turno integral e a construção de 44 novas unidades nas regiões administrativas mais distantes.

"Temos um grande número de estudantes que moram em regiões administrativas diversas e que são transportados ao Plano Piloto para estudar. Isso é um gasto de energia que, com certeza, se reflete nas notas" afirma.

MÉDIA DO IDEB NO DF*

*Rede Pública + Privada	Nota	Meta
Series Iniciais	6,5	(6,6)
Series Finais	5,1	(5,6)
Ensino Médio	4,5	(5,2)
Rede Pública	**Nota**	**Meta**
Series Iniciais	6,1	(6,3)
Series Finais	4,6	(5,0)
Ensino Médio	4,0	(4,6)
Rede Privada	**Nota**	**Meta**
Series Iniciais	7,6	(7,7)
Series Finais	6,8	(7,3)
Ensino Médio	6,2	(7,1)

SAÚDE DA MULHER

Clínica será referência

CATARINA LIMA
redacao@grupojbr.com

Com previsão de inauguração até o fim deste ano, mas podendo abrir as portas ainda em outubro, o Centro Especializado de Saúde da Mulher (Cesmu), localizada na 514 Sul, está tomando forma em ritmo acelerado. O local deverá concentrar todos os ambulatórios vinculados à saúde da mulher, como ginecologia, mastologia, psicologia, acupuntura e homeopatia, compondo assim um centro integrado de atendimento.

"Estamos na W3 Sul, próximo a um ponto de ônibus, é um lugar de fácil acesso. A ideia é que outras unidades surjam, dentro da proposta do governador Ibaneis que é descentralizar serviços", enfatizou a secretaria da Mulher, Ericka Filippelli. Os investimentos feitos pela Secretaria de Saúde (SES) na readequação da unidade foram de cerca de R$ 50 mil.

A estrutura externa do prédio onde vai funcionar o Cesmu já está pronta e as obras da parte interna, que abrigará a unidade de saúde, seguem em ritmo acelerado. O Centro é resultado de uma parceria entre as secretarias de Saúde e da Mulher.

"Este é um projeto muito sonhado por todo o governo. É a primeira clínica da mulher do DF, anunciada em março como um presente para as brasilienses. O objetivo é oferecer um atendimento especializado e integrado", explicou a secretária. A unidade vai funcionar no prédio onde era a Policlínica da 514 Sul.

Para transformar o local no centro de atendimento especializado na saúde das mulheres foram feitas algumas adaptações. Consultórios foram reformados, a sala onde ficava o arquivo com os prontuários dos pacientes dará lugar a recepção.

A antiga sala de odontologia será transformada em espaço para a realização de procedimentos como colocação do contraceptivo DIU, realização de curetagem e exames de colposcopia. As pacientes não deverão procurar diretamente a clínica. Elas chegarão ao local encaminhadas pelas UBSs. "Caso a mulher tenha uma condição clínica que necessite de um especialista será encaminhada ao ambulatório", explicou Eliene Ferreira de Sousa, coordenadora de Atenção Secundária da SES.

A clínica da mulher terá 15 consultórios, uma sala para a realização de exames de apoio a diagnósticos, uma sala de vacinas, uma para triagem de pacientes e uma farmácia.

OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 05.423.963/0001-11 - NIRE 53300006989

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2020. 1. LOCAL, HORA E DATA: Na sede social da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP 70.713-900, às 16h, do dia 29 de maio de 2020. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. PRESENÇAS:** Telemar Norte Leste S.A – Em Recuperação Judicial, detentora de 100% do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **4. MESA:** Como Presidente, o Sr. Rodrigo Modesto de Abreu; e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura. **5. ORDEM DO DIA**: **(1)** Matriz de Alçadas da Diretoria; **(2)** Celebração de contratos; e **(3)** Aprovar a declaração de dividendos intermediários pela Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, a Acionista indicou a Sra. Daniella Geszikter Ventura para secretariar os trabalhos. Passando ao **item (1)** da Ordem do Dia, em atendimento ao disposto no Artigo 14, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Sociedade, a Acionista decidiu aprovar a manutenção da atual Matriz de Alçadas da Diretoria, conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 07 de fevereiro de 2020, cuja ata foi registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal em 02/04/2020, sob o nº 1374029. Com relação ao **item (2)** da Ordem do Dia, tendo em vista o disposto no artigo 14º, inciso XI e XII do Estatuto Social e no artigo 1º, inciso II e §§ 1º da Matriz de Alçadas da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de fevereiro de 2020 e ratificada pela Acionista no âmbito do item 1 acima, foi apresentada proposta de celebração dos seguintes aditivos contratuais: (i) 10º aditivo (OPEX) ao contrato SVAs com a Bemobi Midia e Entretenimento Ltda.; (ii) 29º aditivo (OPEX) ao contrato de fornecimento e distribuição de *handsets* e *tablets* para os canais da Oi (Loja Própria, B2B, programa de pontos) com a Allied Tecnologia S.A.; (iii) 5º aditivo (OPEX) ao contrato de Mídia Digital com a agência VML Propaganda Ltda.; e (iv) 1º Aditivo (Opex) ao contrato de plano de saúde Oi com a Central Nacional Unimed. A acionista aprovou a celebração dos referidos aditivos nas condições apresentadas, tendo sido esclarecido que as referidas contratações foram também aprovadas no âmbito do Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, em reunião realizada no dia 27 de maio de 2020. Por fim, quanto ao **item (3)** da Ordem do Dia, a acionista aprovou, com base no § 2º do art. 204 da Lei das S.A. e no parágrafo único do art. 19 do Estatuto Social, a declaração de dividendos intermediários pela Companhia, no valor de R$ 2.426.473.858,77 (dois bilhões, quatrocentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e três mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos), à conta de reserva de lucros existentes no último balanço anual, a serem pagos até 31 de dezembro de 2020, em data a ser definida pela diretoria. A deliberação ora tomada fica condicionada à autorização do Anacleto Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, na qualidade de debenturista da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em série única, para colocação Privada, da Companhia ("Emissão de Debêntures"), tendo em vista o disposto nas Cláusulas 6.2.5 e 7.1 (vii) e (viii) do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela acionista representando a totalidade do capital social, que autorizou a publicação da ata sem as assinaturas da acionista, na forma do art. 130, §2º, da Lei das S.A.. Assinaturas: Presidente da Mesa: Rodrigo Modesto de Abreu; Secretária da Mesa: Daniella Geszikter Ventura; Acionista: Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial, representada por Rodrigo Modesto de Abreu e Camille Loyo Faria. A presente certidão é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. Brasília, 29 de maio de 2020. **Rodrigo Modesto de Abreu -** Presidente da Mesa; **Daniella Geszikter Ventura -** Secretária. Registrada na JUCIS DF sob o nº 1388843 em 08/06/2020. Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário Geral

Fome, a próxima pandemia A mão do Estado será essencial para mitigar a miséria. Desnutrição infantil preocupa.

Distribuição de renda pode amenizar flagelo

HYLDA CAVALCANTI
redacao@grupojbr.com

No Distrito Federal, as famílias carentes que sofrem com a crise provocada pela pandemia do coronavírus estão sendo beneficiadas pelo chamado Cartão Prato Cheio, auxílio lançado em maio que substituiu a entrega *in natura* das cestas emergenciais, principalmente nos meses de pandemia, pela concessão de um crédito mensal de R$ 250 – para que elas possam escolher quais alimentos querem ou precisam.

Segundo a secretária-adjunta de Desenvolvimento Social, Ana Paula Marra, das 28 mil famílias já cadastradas no programa, as mulheres representam 82% dos titulares do benefício.

O peso das mulheres, de acordo com a secretária-adjunta, também é observado na concessão dos benefícios sociais: elas correspondem a 88% dos beneficiários do DF Sem Miséria - que atende as famílias em situação de extrema pobreza no DF.

"Em todos os programas, a prioridade é para a família mononuclear – e quando colocamos assim é para não distinguir o gênero, mas por sabermos que a maioria é a mulher que cuida dos filhos sozinhas", destacou Ana Paula.

O benefício do Programa DF Sem Miséria consiste num suplemento da Bolsa Família pago pelo GDF, com o objetivo de adequar os valores recebidos ao custo de vida da realidade da capital federal.

Atualmente, o DF conta com 168.788 cidadãos no Cadastro Único. Desse total, 84.019 recebem o Bolsa Família e 59.832 também têm direito ao DF Sem Miséria.

A continuidade do programa, mesmo durante o período de enfrentamento da pandemia, está garantida pelo Decreto Nº 10.316, de 7 de abril de 2020.

Na prática, o auxílio do GDF é um adicional ao programa Bolsa Família, do governo federal, que tem como objetivo adequar os valores recebidos ao custo de vida na capital do país. Têm direito as famílias residentes no DF que, após receber os benefícios de transferência de renda, apresentarem renda per capita inferior a R$ 140. É preciso ainda estarem inscritas no Cadastro Único.

Por esse sistema, os valores suplementados variam de R$ 20 a R$980, conforme a composição e renda de cada família. O pagamento é realizado de acordo com o último número do NIS (Número de Identificação Social) impresso no Cartão Bolsa Família.

Valor do auxílio

Por parte do governo federal, além do auxílio emergencial que tem sido distribuído mediante medida provisória aprovada pelo Congresso – que ampliou o valor inicialmente proposto de R$ 200 para R$ 600,00 – já se sabe que o Executivo vai dar continuidade ao benefício, mas em montante que ainda se encontra em avaliação.

Até esta semana, estava em discussão a criação do programa Renda Brasil, em substituição ao Bolsa Família. Mas o presidente Jair Bolsonaro desautorizou a manutenção dos estudos (*leia mais na página 7*).

Mesmo com a suspensão pelo governo do novo programa, tanto parlamentares como especialistas em políticas públicas e o próprio Palácio do Planalto deixam clara a importância de se pensar em complementação para a renda da população mais pobre e de se preparar para os indicadores previstos nestes vários relatórios.

> "EM TODOS OS PROGRAMAS, A PRIORIDADE É PARA A FAMÍLIA MONONUCLEAR – E QUANDO COLOCAMOS ASSIM É PARA NÃO DISTINGUIR O GÊNERO, MAS POR SABERMOS QUE A MAIORIA É A MULHER QUE CUIDA DOS FILHOS SOZINHAS"
>
> **ANA PAULA MARRA,** secretária-adjunta de Desenvolvimento Social do DF

Pesquisa mostra que famílias com crianças e adolescentes foram mais impactadas pela pandemia e que boa parte dos pais sobreviveram graças a benefícios sociais.

FOTOS: VÍTOR MENDONÇA/ JORNAL DE BRASÍLIA

No Distrito federal, 84.019 pessos recebem o Bolsa Família e 59.832 também têm direito ao DF Sem Miséria

O desafio da pobreza de crianças

A pesquisa também constatou que em 27% dos domicílios com crianças e adolescentes, as famílias passaram por momentos em que a comida acabou e não havia dinheiro para comprar mais. Enquanto que nas casas com adultos o número é de 17%.

O trabalho deixou claro que as principais fontes de renda das famílias com crianças e adolescentes corresponde a benefícios sociais dos governos federal, estadual e municipal. Os beneficiários do auxílio emergencial fazem parte de 52% dos domicílios com menores de idade.

“É preciso ajustar os programas sociais para as famílias com crianças e adolescentes”, disse chefe da área de políticas sociais do Unicef no Brasil, Liliana Chopitea.

A seu ver, quando se fala em pobreza infantil, é necessário ver a “multidimensionalidade da situação”. “Vamos ter muitos desafios daqui para frente em termos de segurança alimentar e educação em que é preciso olhar para além de programas de renda”, destacou.

“Embora crianças e adolescentes não sejam os mais afetados diretamente pela covid-19, eles são as grandes vítimas ocultas da pandemia. Suas famílias tiveram as maiores reduções de renda, a qualidade da alimentação que recebem piorou, e muitos de seus direitos estão em risco” afirmou a representante da Unicef o Brasil, Paola Babos. “É fundamental entender esses impactos e priorizar os direitos de crianças e adolescentes na resposta à pandemia”, destacou ela.

Desnutrição infantil avançará

Os efeitos da fome sempre são mais sérios nas crianças e adolescentes, porque implicam em desnutrição e dificuldades de crescimento. A expectativa de que a situação seja ampliada após a pandemia, entretanto, já começa a ser observada, em todo o mundo. Uma pesquisa realizada pelo Ibope no Brasil, encomendada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), revelou que famílias com crianças e adolescentes das mais variadas faixas salariais foram mais impactadas pela pandemia e que boa parte dos pais sobreviveram graças a benefícios sociais. Estas pessoas, segundo o trabalho, ficaram sujeitas à insegurança alimentar e à fome.

Por conta desses resultados, a Unicef recomendou a criação de políticas públicas específicas para essas famílias, levando em conta não apenas a renda familiar, mas também fatores como alimentação e educação. A pesquisa foi realizada por meio de entre 3 e 18 de julho e divulgada em agosto passado.

O resultado mostrou que o desemprego, durante a pandemia, foi mais comum em domicílios onde moram crianças e adolescentes com idade até 17 anos. Quando se falou sobre redução de renda, ficou constatado também que nas casas com crianças e adolescentes, 63% relataram diminuição de recursos desde o início da pandemia, enquanto onde não há jovens o número cai para 50%.

Nas famílias com menores de 17 anos, 29% contaram que perderam renda por impossibilidade de um dos membros da família trabalhar, seja por falta de transporte ou por estar doente. O número representa mais de um quarto das famílias entrevistadas para a pesquisa. Para se ter ideia do quadro, nos domicílios onde não há menores, esse percentual ficou em 18%.

Além disso, nas famílias em que há apenas membros adultos, apenas 9% perderam mais de metade da renda, enquanto 14% perderam a metade. Já nas que possuem crianças e adolescentes os números sobrem para 10% e 25%, respectivamente.

NÚMEROS

63%
dos lares com crianças e adolescentes relataram diminuição de recursos

50%
casas sem adolescentes que relataram perda de renda

29%
dos núcleos têm alguém impossiblitado de trabalhar

OPERAÇÃO FALSO NEGATIVO

Defesa pedirá revogação de prisão

Francisco Araújo foi exonerado pelo governador, perdendo o foro por prerrogativa de função

CATARINA LIMA
redacao@grupojbr.com

A defesa do ex-secretário de Saúde do Distrito Federal Francisco Araújo espera apenas a chegada do processo do ex-gestor à 5° Vara de Criminal de Brasília para apresentar pedido de revogação da prisão preventiva do acusado, preso preventivamente no dia 25 de agosto, no âmbito da Operação Falso Negativo, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios(MPDFT). Francisco Araújo foi exonerado do cargo na última segunda-feira pelo governador do DF, Ibaneis Rocha, perdendo, portanto, o foro por prerrogativa de função, que lhe dava o direito de ter o processo tramitando no Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Habeas corpus

De acordo com o advogado Cleber Lopes, defensor do ex-secretário, se a solicitação de revogação da prisão não for acolhida, será apresentado um pedido de habeas corpus. Os processos dos demais presos na Falso Negativo já tramitam na 5° Vara Criminal. Além de perder o direito a ter seu processo tramitando Conselho Especial do TJDFT, o ex- secretário também deixa o 19° Batalhão da Polícia Militar e junta-se aos demais envolvidos no Complexo Penitenciário da Papuda.

No dia 11 de setembro, o Ministério Público denunciou 15 investigados na Operação Falso Negativo. Destes, estão presos, além de Araújo, Jorge Antônio Chamon Júnior, ex-diretor do Laboratório Central (Lacen); Eduardo Seara Machado Pojo do Rego, ex-secretário-adjunto de Gestão em Saúde; Ricardo Tavares Mendes, ex-secretário- adjunto de Assistência à Saúde; Ramon Santana Lopes Azevedo, ex-assessor especial da secretaria de Saúde; e Iohan Andrade Struck, ex-subsecretário de Administração-Geral Geral da Secretaria de Saúde.

Se a revogação da prisão não for acolhida, será apresentado um pedido de habeas corpus

RENATO ALVES/ AGÊNCIA BRASÍLIA

Francisco Araújo foi denunciado por fraudes na compra de testes

Fraudes

A Operação Falso Negativo investiga fraudes na compra de testes rápidos para a detecção da covid-19, realizada com dispensa de licitação, de acordo com a Lei federal 13.979/2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia. De acordo com o MP, os prejuízos aos cofres públicos com as supostas fraudes pode chegar a R$ 18,7 milhões no contrato com a empresa Biomega, para o fornecimento de 150 mil testes. Também é investigada a compra de 90 mil testes de uma empresa especializada na venda de brinquedos, a Luna Park.

Com a exoneração de Francisco Araújo, o secretário interino, Osnei Okumoto, deverá ser efetivado no cargo de secretário de Saúde pelo governador Ibaneis Rocha. Segundo disse ao **Jornal de Brasília**, Osnei quer agora retomar a rotina da saúde do DF.

COVID-19

Disitrito Federal registra 44 mortes e 826 novos casos

OLAVO DAVID NETO
redacao@grupojbr.com

O Governo do Distrito Federal anunciou que quatro mulheres morreram ontem em decorrência da covid-19. Todas eram moradoras do DF. Também foram notificados outros 40 óbitos ocorridos em datas anteriores, mas apenas notificados na terça-feira. Com isso, são agora 2.970 falecimentos causados pelo novo coronavírus na capital. Foram vitimados 2.726 residentes do DF; outros 230 eram moradores do Entorno e 14 moravam em outros estados mas faleceram em uma unidade de saúde do DF.

Mais 826 novas infecções foram notificadas na noite de ontem. Com esse número, o DF atingiu a marca dos 178.747 casos confirmados de covid-19 desde a chegada da pandemia ao Planalto Central. De acordo com a SES, as vítimas mortas ontem eram moradoras de Vicente Pires, Gama, Taguatinga e Plano Piloto; duas delas tinham entre 70 e 79 anos, uma entre 50 e 59 anos, e outra possuía mais de 80. Todas conviviam com doenças crônicas.

Das mortes apenas contabilizadas ontem, a Secretaria de Saúde ressaltou que os falecimentos se deram entre 15 de julho e 14 de setembro. Entre as vítimas, sete residiam em Ceilândia e quatro em Taguatinga. Plano Piloto, Samambaia e Santa Maria perderam três moradores cada, enquanto Águas Claras, Gama, Planaltina, Recanto das Emas, Sobradinho e Vicente Pires registraram dois óbitos, respectivamente. Arniqueiras, Brazlândia, Guará, Riacho Fundo, São Sebastião e Sudoeste/Octogonal contabilizaram um óbito por RA.

Ceilândia e Sol Nascente mantêm a liderança no ranking de contaminações por Região Administrativa. Até a noite de ontem, as duas RAs, que são contabilizadas juntas, acumulavam 21.007 infecções, muito à frente dos 14.557 contágios registrados em Taguatinga; em seguida vêm Plano Piloto, agora com 14.154 casos, Samambaia, com 11.613 diagnósticos da covid-19, e Gama, com 8.506 registros. Outros 18.938 infectados são de outras Unidades Federativas, índice menor apenas que o registrado em Ceilândia e Sol Nascente.

E é de lá que vem também o maior número de vítimas da pandemia. Foram 512 falecimentos, mais de duzentos a mais que os 296 óbitos ocorridos em Taguatinga. Samambaia enterrou 234 moradores durante a crise de saúde pública, enquanto 199 pessoas do Plano Piloto morreram e 185 faleceram no Gama.

BYE BYE PROGRAMA SOCIAL

Renda Brasil leva vermelho

Presidente se irrita com discussão sobre corte de benefícios e desautoriza equipe econômica

Irritado com as seguidas sugestões de retirada de outros benefícios sociais para compor o Renda Brasil, o presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem que desistiu de vez de criar um novo programa para substituir o Bolsa Família.

Nas redes sociais, Bolsonaro desautorizou a continuação de estudos sobre o tema e ameaçou com "cartão vermelho" integrantes da equipe econômica que de novo falarem em corte de benefícios para setores como aposentados ou deficientes.

"Ponto final"

"Até 2022, no meu governo, está proibido falar a palavra Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família. E ponto final", afirmou. A reação de Bolsonaro parece ter como sintoma um problema crônico de seu governo: as questões, em vez de discutidas internamente, parecem ser sempre discutidas em público. E, antes de maturadas, acabam sendo condenadas, gerando desgaste.

Na gravação, o presidente disse que foi surpreendido por manchetes de jornais, que diziam que a equipe econômica planejava revisar cerca de 2 milhões de benefícios destinados a idosos e deficientes. A medida, que vinha sendo estudada pela Economia e pela Cidadania, poderia gerar uma economia de R$ 10 bilhões por ano. O objetivo seria endurecer a regulamentação dos critérios para recebimento do BPC (Benefício de Prestação Continuada).

O problema é que para ampliar os benefícios hoje concedidos pelo Bolsa Família em valores e universo o governo precisaria retirar os recursos de outras áreas. Na busca por encontrar uma solução para isso, surgiram a toda hora ideias de cortes e remanejamento de outros benefícios. Bolsonaro rechaçou todos elas.

MARCOS CORREA/PR

Bolsonaro não aceita retirar benefícios de alguns para ampliar seu novo Bolsa Família. Para ele, seria tirar de "pobres" para dar a "paupérrimos".

2
MILHÕES DE BENEFÍCIOS SERIAM REVISTOS

"Eu já disse há poucas semanas que jamais vou tirar dinheiro dos pobres para dar para os paupérrimos. Quem porventura vier propor a mim uma medida como essa, eu só posso dar um cartão vermelho para essa pessoa", disse o presidente.

Sem coração

Bolsonaro ainda ressaltou que quem defende a proposta "não tem um mínimo de coração" e "um mínimo de entendimento" de como vivem os aposentados no Brasil. No Twitter, ele acrescentou que congelar aposentadorias e cortar auxílios é um "devaneio de alguém que está desconectado com a realidade".

"Pode ser que alguém da equipe econômica tenha falado sobre esse assunto. Pode ser. Mas, por parte do governo, jamais vamos congelar salários de aposentados, bem como jamais vamos fazer com que os auxílios para idosos e para pobres com deficiência sejam reduzidos para qualquer coisa que seja", afirmou.

A verdade é que alguém da equipe econômica, de fato, falou. Trata-se do secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, em entrevista concedida na segunda-feira (14).

Ideia ventilada sem discutir internamente

Waldery Rodirgues disse que a equipe econômica defende que benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões, sejam desvinculados do salário mínimo. Na prática, tal medida congelaria os benefícios, deixando-os sem reajustes. Esse congelamento abriria espaço no orçamento para financiar o programa Renda Brasil.

De novo, Waldery ventilou a ideia aparentemente sem discuti-la internamente, gerando a irritação de Bolsonaro. Antes mesmo da divulgação do vídeo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, foi chamado ao Palácio do Planalto para uma audiência com o presidente. Ele adiou a participação em um evento para o encontro. Segundo assessores palacianos, a desistência do programa social foi o tema principal da reunião, que ocorreu em um clima de irritação.

Segundo relatos, na reunião, Bolsonaro pediu a Guedes que assessores da equipe econômica evitem dar entrevistas à imprensa, para evitar novas polêmicas.

Assim, mais uma vez Guedes e os integrantes da sua equipe acabaram desautorizados pelo presidente. Fica, assim, alta outra vez a temperatura da frigideira em que o ministro da Economia ora é fritado.

Um membro do alto escalão do governo, no entanto, avalia que o próprio Guedes teria planejado esse movimento com a intenção de convencer o governo sobre a necessidade de criar o imposto sobre transações financeiras.

Na avaliação dessa fonte, o ministro fez uma manobra política ao autorizar seu subordinado a lançar essa discussão sobre o congelamento de aposentadorias. O objetivo seria mostrar que o governo não tem recursos e precisa encontrar uma fonte para financiar os novos programas.

Com a desistência de Bolsonaro, a manobra mostrou-se, então, um tiro n'água.

Após a decisão de Bolsonaro, Guedes determinou que sua equipe abandone a formulação do Renda Brasil e orientou que o foco agora seja dado à desoneração da folha de salários das empresas.

SAIBA MAIS

» **Diante das resistências no governo e no Congresso, Guedes quer acelerar a proposta que cria um novo programa de emprego desonerado. A medida, no entanto, também é criticada, porque viria acoplada à criação de um imposto sobre pagamentos aos moldes da extinta CPMF.**

» **O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, afirmou ontem, após a bronca, que o presidente é um parceiro da agenda pró-mercado. Na visão do integrante do time de Guedes, o que Bolsonaro está vetando é a discussão pública sobre os temas. "O presidente é um parceiro da agenda pró-mercado. Fomos eleitos com essa pauta. Você olha o grande apoio que o ministro Guedes tem nessa área", afirmou ao ser questionado sobre o tema em entrevista à imprensa sobre as projeções do PIB.**